

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

ETP Business Intelligence 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	JOSE FRANK VIANA DA SILVA	04/03/2026 12:04 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		07006/2025

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

1.1.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) gera e custodia diariamente um volume expressivo de dados em seus sistemas transacionais. Para que esses dados gerem valor público, é imprescindível que sejam transformados em informação transparente, íntegra e intuitiva, permitindo o monitoramento de indicadores e a tomada de decisões estratégicas tempestivas pelas diversas unidades do Tribunal.

1.1.2. Além do suporte à governança interna, a consolidação dessas informações é essencial para viabilizar a transparência ativa para a sociedade e para os órgãos de controle, materializada por meio de painéis interativos de Inteligência de Negócios (*Business Intelligence - BI*) disponibilizados nos canais oficiais do TRE-RN.

1.1.3. Atualmente, o Tribunal já possui um ecossistema maduro de análise de dados, composto por dezenas de painéis gerenciais e estratégicos em plena operação e uso por servidores e cidadãos.

1.1.4. Nesse contexto, a presente demanda tem por finalidade assegurar a continuidade operacional e a evolução desse ambiente analítico, garantindo que o órgão disponha de subscrição de plataforma em nuvem para desenvolvimento, publicação e compartilhamento de painéis de *BI*. A contratação visa evitar qualquer ruptura nas atividades de acompanhamento estratégico e garantir a governança de dados institucional, suprimindo a necessidade de licenças para os desenvolvedores e usuários-chave do Tribunal.

1.2. Identificação da demanda no Plano de Contratações de STIC

1.2.1. A presente demanda foi incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) do TRE-RN, sob o código de demanda *STI.POO_26.10*.

1.2.2. Alinhamento da Solução

1.2.2.1. Planejamento Estratégico Institucional: A contratação encontra-se alinhada ao Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do RN para o período 2021-2026 (PEJERN 2021-2026).

1.2.2.2. Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD): A contratação está em conformidade com a Resolução CNJ nº 370/2021, que objetiva promover a governança ágil e a transformação digital do Poder Judiciário. É importante ressaltar que esta contratação está alinhada aos seguintes Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD, contribuindo para a realização desses objetivos e para a aderência do órgão à Estratégia:

1.2.2.2.1. Objetivo 2: Promover a Transformação Digital.

1.2.2.2.2. Objetivo 6: Aprimorar as Aquisições e Contratações.

1.2.2.2.3. Objetivo 7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.

1.2.2.3. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC): A demanda atende ao Objetivo Estratégico OE2 (Promover Transformação Digital), enquadrando-se no Grupo 8 (Iniciativas de Transformação Digital) do PDTIC do TRE-RN.

1.2.2.4. Legislação Correlata: A contratação também será orientada, no que couber, pelas disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, resguardando os dados pessoais processados na plataforma.

1.3. Caracterização da demanda

1.3.1. Definição e Especificação das Necessidades

1.3.1.1. Identificação das necessidades de negócio

1.3.1.1.1. As necessidades de negócio que fundamentam esta contratação visam a ampliação da capacidade analítica do Tribunal e a continuidade dos serviços, conforme detalhado na Tabela 1:

Necessidade de Negócio	Justificativa
Suporte à decisão e gestão estratégica	Permitir a elaboração de painéis e relatórios que consolidam dados de múltiplas fontes, facilitando o monitoramento de indicadores pela Alta Administração.
Transparência e dados abertos	Possibilitar a publicação de painéis públicos que ampliem o acesso da sociedade a informações gerenciais, em conformidade com a transparência ativa.
Autonomia das unidades (Self-service BI)	Oferecer recursos para que usuários internos criem e adaptem relatórios sem dependência direta da área de desenvolvimento técnico.
Segurança e Conformidade	Assegurar o controle de acesso e proteção de dados, garantindo aderência à Política de Segurança da Informação do TRE-RN e à LGPD.
Continuidade operacional	Garantir a manutenção das dezenas de painéis de BI já implantados, evitando ruptura nas atividades de acompanhamento estratégico.

Tabela 1 - Necessidades de negócio

1.3.1.2. Identificação das necessidades tecnológicas

1.3.1.2.1. A solução deve prover ambiente seguro na nuvem que suporte a extração, modelagem e consolidação de dados heterogêneos, permitindo a criação de painéis gráficos de forma intuitiva ("clique e arraste"), sem a necessidade de hardware local adicional, garantindo alta disponibilidade.

1.3.2. Definição e Especificação de Requisitos

1.3.2.1. Requisitos Funcionais

1.3.2.1.1. O software deve permitir integração com diferentes fontes de dados (bancos relacionais como *Oracle*, *MySQL*, *PostgreSQL*, planilhas *XLS/CSV*, *APIs REST* e arquivos *JSON/XML*).

1.3.2.1.2. Criação de relatórios e painéis interativos com recursos de inteligência artificial, formatação condicional, detalhamento cruzado e fluxos de dados.

1.3.2.1.3. Permitir a publicação, compartilhamento seguro e colaboração entre usuários, com controle de autenticação e autorização por perfis de acesso (ex.: desenvolvedores e administradores).

1.3.2.1.4. Possuir interface totalmente funcional na web em português (Pt-BR), responsiva e compatível com navegadores modernos e dispositivos móveis, sem necessidade de instalação de *plug-ins* adicionais nas máquinas clientes.

1.3.2.2. Requisitos de arquitetura tecnológica

1.3.2.2.1. A solução deve ser fornecida estritamente na modalidade de subscrição de *Software as a Service* (SaaS) em nuvem, garantindo a execução de tarefas computacionais, armazenamento de relatórios e atualização de conjuntos de dados (*datasets*) em infraestrutura gerida pelo provedor da solução, eximindo o TRE-RN da necessidade de administrar infraestrutura física ou servidores locais.

1.3.2.3. Requisitos de Capacitação

1.3.2.3.1. A ferramenta deve possuir alta usabilidade (característica de *self-service BI*), de modo que o fornecedor disponibilize apenas tutoriais básicos autoinstrucionais *online* e documentação de ajuda em língua portuguesa, não sendo exigido treinamento formal presencial ou turmas exclusivas.

1.3.2.4. Requisitos de Manutenção

1.3.2.4.1. A garantia de atualização (novas versões) e suporte técnico deve abranger todo o período de vigência do contrato. O suporte deve prever a abertura de chamados via plataforma *web*, e-mail ou telefone (0800 ou DDD local), com atendimento em língua portuguesa durante o horário comercial.

1.3.2.5. Requisitos de projeto e de implementação

1.3.2.5.1. Não se aplica. Por se tratar de nova aquisição ou renovação de licenças SaaS de *software* de prateleira já consolidado, não haverá fase de projeto de desenvolvimento ou codificação sob encomenda.

1.3.2.6. Requisitos de implantação

1.3.2.6.1. A implantação dar-se-á pela simples liberação lógica (provisionamento) de 34 licenças da solução de *Business Intelligence* em nuvem à conta de administração principal do TRE-RN, o que deve ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

1.3.2.7. Requisitos de experiência profissional

1.3.2.7.1. Na fase de habilitação técnica no certame de contratação a empresa participante deverá comprovar que as licenças objeto deste instrumento serão fornecidas por meio de canal oficial do fabricante do *software*, bem como que está habilitada a comercializá-las para a Administração Pública, mediante a apresentação, cumulativa ou alternativa, de, pelo menos, um dos seguintes documentos:

a) Declaração emitida pelo próprio fabricante, ou por distribuidor oficialmente autorizado, atestando que a empresa participante é revenda autorizada para fornecimento de licenças do *software* ao setor público brasileiro, incluindo o produto e o modelo de licenciamento previstos no Termo de Referência; ou

b) Cópia de contrato, pedido de compra ou outro documento formal celebrado entre a empresa participante e distribuidor/parceiro oficial do fabricante, no qual conste a possibilidade de fornecimento das licenças ao setor público, abrangendo o produto e o modelo de licenciamento objeto deste certame; ou

c) indicação do registro da empresa participante, ou de seu distribuidor direto, em página oficial do fabricante ou em portal de parceiros equivalente, na qual conste sua habilitação para comercializar as licenças no Brasil, admitida a juntada de cópia impressa autenticável ou captura de tela acompanhada do respectivo endereço eletrônico para verificação pelo CONTRATANTE.

1.3.2.7.2. A comprovação de que a empresa participante é revenda autorizada não se limita a um tipo específico de credenciamento, bastando que demonstre, por qualquer dos meios listados no subitem 1.3.2.7.1., a origem oficial das licenças e a habilitação para fornecimento ao setor público.

1.3.2.7.3. A ausência de comprovação da origem oficial das licenças ou a apresentação de documentação que não permita verificar sua procedência idônea constituirá motivo para a recusa da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

1.3.2.8. Requisitos de formação da equipe

1.3.2.8.1. Não se aplica. Considerando tratar-se apenas de fornecimento de subscrição de licenças em nuvem (SaaS), não haverá alocação de equipe técnica residente ou atuação direta no desenvolvimento de painéis por parte da CONTRATADA.

1.3.2.9. Requisitos Temporais

1.3.2.9.1. O contrato terá vigência inicial de 01 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, devendo o início da prestação do serviço (liberação e provisionamento das licenças na conta de administração do TRE-RN) ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

1.3.2.10. Requisitos de Segurança da Informação

1.3.2.10.1. As informações e bases de dados custodiadas na plataforma não poderão ser repassadas a terceiros em nenhuma hipótese. A solução deverá respeitar as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Política de Segurança da Informação do TRE-RN.

1.3.2.11. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

1.3.2.11.1. Em atendimento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-RN, deverão ser observados os critérios de sustentabilidade (Indicador 19 - PCS). Ademais, exige-se cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil).

1.3.2.11.2. A contratação deve estar alinhada à Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, no que couber.

1.3.2.11.3. Toda a documentação técnica, manuais de usuário e termos de garantia devem ser disponibilizados preferencialmente em Língua Portuguesa (BR), facilitando o acesso e a compreensão por todos os usuários e técnicos do Tribunal.

1.3.2.11.3.1. O licenciamento e os serviços de suporte técnico deverão ser prestados preferencialmente em português do Brasil;

1.3.2.11.3.2. Os *softwares* e respectivas interfaces, se for o caso, deverão permitir ao usuário selecionar o idioma desejado, sendo o inglês aceito somente quando não existir versão disponível em português do Brasil.

1.3.2.12. Requisitos Legais

1.3.2.12.1. O processo de contratação deve estar aderente à legislação constante da Tabela a seguir, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

Norma	Data	Descrição
Resolução CNJ nº 468	15/07/2022	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário	Jun/2022	Fornece orientações para elaboração dos artefatos atinentes às contratações de TIC
Manual do Processo de Contratações do TRE/RN	Mar/2024	Estabelece o fluxo contratual bem como orientações no preenchimento dos modelos de documentos para as contratações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Resolução TSE nº 23.702	09/07/2022	Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências
Resolução TRE/RN nº 110	10/08/2023	Dispõe sobre a política de segurança da informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU)	Set/2023	Fornece orientações e segurança jurídica aos gestores públicos na implementação das contratações públicas sustentáveis
Portaria SGD/MGI nº 852	28/05/2023	Dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação
Instrução Normativa SGD /ME nº 94	23/12/2022	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal
Instrução Normativa SEGES /ME nº 65	07/07/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal
Resolução TSE nº 23.644	01/07/2021	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral
Resolução CNJ nº 400	16/06/2021	Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário
Resolução CNJ nº 396	07/06/2021	Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)

Lei nº 14.133	01/04/2021	Nova Lei de Licitações e Contratos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Resolução CNJ nº 370	28/01/2021	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
Lei nº 13.709	14/08/2018	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
Decreto nº 7.746/2012	05/06/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666 para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal e pelas Empresas Estatais dependentes
Instrução Normativa SLTI /MP nº 01	19/01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal e dá outras providências
Lei nº 8.078	11/09/1990	Código de Defesa do Consumidor

Tabela 2 - Legislação pertinente

1.3.2.13. Demais Requisitos Aplicáveis

1.3.2.13.1. Não se aplica.

1.3.3. Aderência a padrões e modelos

1.3.3.1. Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI

1.3.3.1.1. Não se aplica à presente contratação.

1.3.3.2. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

1.3.3.2.1. Não se aplica à presente contratação.

1.3.3.3. Modelo de Requisitos MoReq-Jus

1.3.3.3.1. Não se aplica à presente contratação.

1.4. Atendimento da demanda

1.4.1. Portal do Software Público Brasileiro

1.4.1.1. Considerando a natureza da demanda em análise, não foram identificadas soluções disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro que atendam aos requisitos técnicos e operacionais necessários à elaboração de painéis interativos de *Business Intelligence* com a complexidade exigida pelo Tribunal.

1.4.2. Soluções de TIC

1.4.2.1. O mercado oferece diversas ferramentas corporativas de *Business Intelligence*, sendo as principais líderes de mercado: *Microsoft Power BI*, *Tableau* e *QlikSense*.

1.4.2.1.1. **Solução 1: Microsoft Power BI Pro:** trata-se de plataforma baseada em nuvem, amplamente adotada na Administração Pública, com alta capacidade de integração, análise de dados e curva de aprendizado reduzida, especialmente por já ser o padrão historicamente utilizado pelo TRE-RN.

1.4.2.1.2. **Solução 2: Tableau.** Ferramenta robusta para visualização de dados, porém com custo de licenciamento historicamente superior no mercado e com a exigência de uma nova e extensa curva de aprendizado para a equipe técnica do Tribunal migrar os painéis existentes.

1.4.2.1.3. **Solução 3: QlikSense.** Plataforma com motor associativo potente, mas que implicaria na refatoração completa de dezenas de painéis já desenvolvidos pela equipe do TRE-RN, inviabilizando a transição do ponto de vista econômico e operacional.

1.4.2.2. Embora sejam ferramentas potentes e líderes de mercado, a adoção das soluções 2 e 3 implicaria em um Custo de Transição desproporcional para a Administração do TRE/RN. A migração exigiria a refatoração completa e manual de dezenas de painéis já desenvolvidos, a recriação de conectores de dados (*dataflows*) e o retreinamento de toda a equipe técnica e de usuários finais do Tribunal, inviabilizando a transição sob a ótica da economicidade e da eficiência.

1.4.3. Contratações Públicas Similares

1.4.3.1. Durante a pesquisa de preços realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação, fundamentada na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, foram identificadas as seguintes contratações similares na Administração Pública, bem como o valor praticado pelo fabricante para a solução *Microsoft Power BI Pro*:

1.4.3.1.1. Justiça Federal – SJRJ (TRF2)

- Contrato nº 106/2025, firmado em 22/12/2025.
- Valor de uma licença Pro: R\$ 42,40/mês.
- Link: <https://www.trf2.jus.br/jfrj/contrato/2026/termo-de-contrato-sjrj-no-1062025>

1.4.3.1.2. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (SEAGRI-DF)

- Ata nº 90014/2025, firmada em 27/12/2025.
- Valor de uma licença Pro: R\$ 70,83/mês.
- Link: <https://pncp.gov.br/app/atas/03318233000125/2025/39/1>.

1.4.3.1.3. Agência Nacional de Cinema (ANCINE)

- Contrato nº 015/2025, firmado em 21/08/2025.
- Valor de uma licença Pro: R\$ 45,83/mês.
- Link: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/licitacoes-e-contratos/contratos-por-ano/2025/contrato-administrativo-no-015-2025>

1.4.3.1.4. Site oficial da fabricante (Microsoft)

- Acesso realizado em 26/02/2026.
- Valor de uma licença Pro: R\$ 80,20/mês.
- Link: <https://www.microsoft.com/pt-br/power-platform/products/power-bi/pricing>

1.4.6. Soluções similares em outros órgãos

1.4.6.1. O *Microsoft Power BI* consolidou-se como a solução de análise de dados predominante no ecossistema da Justiça Eleitoral, sendo o padrão adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e por outros Tribunais Regionais Eleitorais.

1.4.6.2. A manutenção desta mesma tecnologia no TRE-RN atende ao princípio da padronização e garante a interoperabilidade nativa. Isso permite o compartilhamento, a importação direta e o reaproveitamento de painéis e arquivos (formato .pbix) desenvolvidos em âmbito nacional (ex: painéis estatísticos de eleições do TSE), promovendo significativa economia de horas de desenvolvimento e evitando o retrabalho na Justiça Eleitoral.

1.4.7. Modelos de Aquisição/Prestação do Serviço

1.4.7.1. A contratação ocorrerá na modalidade de prestação de serviço em nuvem contínua (*subscrição por usuário*), sem a necessidade de aquisição de infraestrutura física, licenças perpétuas ou instalação de servidores locais. O modelo de faturamento será baseado em um pacote de subscrição correspondente a 12 (doze) meses de serviço.

1.4.8. Capacidade e alternativas do mercado de TIC

1.4.8.1. O mercado de TIC nacional possui ampla rede de revendedores autorizados da fabricante *Microsoft* (empresas parceiras *Cloud Solution Provider - CSP*), garantindo alta competitividade e pluralidade de propostas em eventual certame licitatório.

1.4.9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

1.4.9.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes necessárias para o funcionamento desta solução, visto que a plataforma é acessada via web e os dados já residem nos bancos transacionais da rede local ou em nuvem do próprio TRE-RN.

1.5. Análise dos Custos Totais da Demanda

1.5.1. A análise comparativa de custos e a avaliação do Custo Total de Propriedade (*TCO - Total Cost of Ownership*) revelam que a manutenção da subscrição do *Power BI Pro* é a opção inquestionavelmente mais econômica para o TRE/RN.

1.5.2. O TRE-RN já possui um vasto acervo de painéis, dashboards e relatórios gerenciais estruturados nativamente na linguagem e na arquitetura do *Power BI*. A adoção de qualquer outra solução de mercado (como as Soluções 2 e 3 listadas no subitem 1.4.2) não se limitaria ao valor nominal da nova licença, mas exigiria a incorporação do Custo de Transição.

1.5.2.1. Este Custo de Transição engloba o esforço de horas-homem (servidores da área de TIC) necessário para a refatoração de código, recriação de *layouts*, remapeamento de bancos de dados, reescrita de conectores e um extenso programa de capacitação para a equipe técnica e usuários finais. Considerando o volume do legado analítico do Tribunal, o custo financeiro dessas horas de desenvolvimento e o impacto da paralisação das entregas estratégicas durante a migração superam exponencialmente qualquer eventual diferença de centavos ou reais no valor mensal das licenças de outros fabricantes.

1.5.3. A tabela abaixo sintetiza essa análise de viabilidade financeira e operacional:

Soluções Identificadas	Especificação do Produto	Quantificação	Vantagens e Benefícios	Desvantagens e Riscos	Custos Envolvidos
Solução 1: <i>Microsoft Power BI Pro</i>	Subscrição por usuário para 12 meses.	34 Licenças	Compatibilidade total com o legado do TRE-RN; padronização com o Poder Judiciário; zero custo de migração e retreinamento.	Risco de flutuação cambial (mitigado por contratação em Reais).	Baixo: Restrito essencialmente ao custo da subscrição das licenças (R\$ 65,62/mês na média pesquisada).

Solução 2: <i>Tableau / QlikSense</i> ou similares	Subscrição por usuário ou servidor.	34 Licenças	Acesso a ferramentas líderes de mercado.	Altíssimo esforço de migração e reconstrução de painéis; necessidade de capacitação técnica; perda da padronização com o TSE e outros TREs.	Custo das licenças + Custo em Horas/Homem de refatoração técnica + Custo de Treinamentos.
--	-------------------------------------	-------------	--	---	---

Tabela 3 - Análise de Custos Totais de Propriedade (TCO)

1.6. Escolha e Justificativa da Solução

1.6.1. Descrição da Solução Escolhida

1.6.1.1. A solução técnica, funcional e economicamente mais vantajosa para a Administração é a aquisição de **34 (trinta e quatro) itens de Licença *Microsoft Power BI Pro* (subscrição por 12 meses)**.

1.6.1.2. A escolha fundamenta-se estritamente no princípio da economicidade, avaliado sob a ótica do Custo Total de Propriedade (TCO - Total Cost of Ownership), e na diretriz de padronização corporativa (art. 43, I, da Lei nº 14.133/2021). O TRE-RN já possui um ambiente analítico consolidado e um vasto acervo de painéis, relatórios gerenciais e integrações de dados (*dataflows*) desenvolvidos nativamente na arquitetura e nas linguagens (*DAX* e *M*) do *Power BI* ao longo dos últimos anos.

1.6.1.3. A adoção de qualquer outra solução concorrente de mercado neste momento — ainda que apresentasse eventual custo unitário de licenciamento inferior — acarretaria um Custo de Transição proibitivo e injustificável. O TCO para uma eventual migração envolveria custos severos e invisíveis, tais como:

- a) Refatoração Técnica: Necessidade de reescrever códigos, recriar *layouts* e refazer mapeamentos de bancos de dados para todos os painéis atualmente em produção;
- b) Capacitação e Curva de Aprendizado: Perda de produtividade e horas de trabalho investidas para retreinar a equipe técnica desenvolvedora e os usuários finais (Alta Administração e áreas técnicas) em uma nova interface;
- c) Risco de Descontinuidade: Indisponibilidade ou atraso na atualização de indicadores críticos institucionais durante o período de migração tecnológica.

1.6.1.4. Além do aspecto financeiro, a manutenção do ecossistema do *Power BI* assegura o alinhamento tecnológico com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e demais Tribunais Regionais, favorecendo a interoperabilidade de dados eleitorais e o reaproveitamento de soluções desenvolvidas por outros órgãos da Justiça Eleitoral.

1.6.2. Benefícios Esperados

1.6.2.1. Eficácia: Garantia de continuidade ininterrupta na capacidade de elaboração e publicação de painéis de dados gerenciais precisos para a gestão.

1.6.2.2. Eficiência: Maximização do tempo da equipe técnica, que continuará valendo-se dos modelos de dados maduros já implantados, sem necessidade de reaprender novas linguagens ou recriar conexões.

1.6.2.3. Economicidade: Prevenção ativa contra os altos custos de transição (TCO de migração) e preservação do patrimônio intelectual e financeiro já investido na atual infraestrutura de *BI*.

1.6.2.4. Padronização: Manutenção do padrão arquitetônico adotado nacionalmente pela Justiça Eleitoral, facilitando a troca de conhecimentos e painéis entre Regionais e TSE.

1.6.3. Resultados Esperados

1.6.3.1. Garantir o funcionamento ininterrupto do ambiente analítico do Tribunal, fornecendo transparência ativa à sociedade e inteligência de negócios às unidades de forma contínua pelo período contratado de 12 (doze) meses.

1.6.4. Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens e/ou serviços Contratados

1.6.4.1. O quantitativo foi dimensionado pela equipe técnica para suportar os desenvolvedores de BI e os usuários-chave que necessitam publicar e gerenciar painéis nas áreas administrativas e finalísticas do TRE-RN, perfazendo um total de 34 licenças de perfil "Pro", englobando o período total do contrato.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vigência
1	Licença <i>Microsoft Power BI Pro</i> (subscrição por 12 meses)	Unidade	34	12 meses

Tabela 4 - Relação entre Demanda Prevista e a Quantidade de bens/serviços

1.6.5. Estimativa do Custo Total da Solução Escolhida

1.6.5.1. A estimativa do valor unitário mensal foi realizada a partir de pesquisa no mercado público (Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP) e no próprio site do fabricante (*Microsoft*). Para evitar possíveis distorções e garantir um preço de referência exequível, optou-se por excluir do cálculo o menor valor identificado (R\$ 42,40 - TRF2). Dessa forma, calculou-se a média aritmética simples entre os três valores restantes (SEAGRI-DF, ANCINE e o preço oficial de tabela), resultando em um valor estimado de R\$ 65,62 mensais por licença.

1.6.5.2. Considerando que o objeto licitado corresponde a um pacote de subscrição para todo o período contratual (12 meses), o valor unitário estimado do item "Licença *Microsoft Power BI Pro* (subscrição por 12 meses)" resulta da multiplicação do valor mensal (R\$ 65,62) por 12 meses, perfazendo **R\$ 787,44**.

1.6.5.3. Cabe ressaltar que os valores extraídos para esta base de cálculo foram levantados considerando a hipótese de pagamento *anual* da licença. Para contratações onde o faturamento e o pagamento são estritamente *mensais*, os valores finais praticados pelo mercado tendem a ser maiores, variando em média de 15% a 20%.

1.6.5.4. O valor total global estimado para a contratação das 34 licenças é de **R\$ 26.772,96**.

Item	Descrição	Quantidade	Vigência	Valor Unitário Estimado (12 meses)	Valor Global Estimado
1	Licença <i>Microsoft Power BI Pro</i> (subscrição por 12 meses)	34	12 meses	R\$ 787,44	R\$ 26.772,96

Tabela 5 - Estimativa de Custo Total da Solução

1.7. Declaração de viabilidade da contratação

1.7.1. Deliberação: **VIÁVEL**.

1.7.2. Justificativa da deliberação: Tendo em vista o alinhamento estratégico com o PDTIC, a demonstração de que a renovação da plataforma já utilizada é a via mais econômica e racional, e considerando os preços praticados atualmente pela Administração Pública e pelo fabricante, esta Equipe de Planejamento da Contratação declara ser plenamente viável a contratação descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

2. Sustentação do Contrato

2.1. Adequação do Ambiente

2.1.1. O TRE-RN já dispõe da infraestrutura necessária (computadores desktop e acesso à internet) para o uso da solução, não sendo exigida qualquer adequação física, elétrica ou de refrigeração no ambiente do órgão, visto que se trata de uma solução em nuvem (SaaS).

2.2. Recursos Materiais e Humanos

2.2.1. Recursos Materiais: Todos os recursos materiais necessários à utilização do serviço já estão incorporados ao patrimônio do Contratante, não havendo necessidade de aquisições complementares.

2.2.2. Recursos Humanos: A utilização, gestão e fiscalização da plataforma serão realizadas por servidores atualmente no quadro do Tribunal. Não há necessidade de terceirização ou contratação de novos recursos humanos para viabilizar a execução deste contrato.

2.3. Continuidade do Fornecimento

2.3.1. A necessidade da solução é contínua e de caráter essencial. Em caso de interrupção contratual, os painéis gerenciais e de transparência ficarão indisponíveis para atualização e acesso. Para mitigar esse risco, o TRE-RN deve realizar o planejamento de uma nova contratação de forma tempestiva, com antecedência mínima que garanta a ausência de interrupções entre o término do contrato vigente e o início de um novo ajuste.

2.3.2. Também será prevista a possibilidade de prorrogação contratual até o limite máximo de 10 (dez) anos, considerando a natureza contínua da contratação que advém da sua necessidade permanente.

2.4. Transição Contratual e Encerramento do Contrato

2.4.1. Por se tratar da aquisição de subscrição de licenças em nuvem (SaaS), ao término do contrato, sem que haja renovação, as licenças e os perfis de acesso serão suspensos ou revogados.

2.4.2. A Contratada deverá assegurar que os administradores do TRE-RN possam realizar a exportação (*backup*) dos relatórios, painéis e bases de dados armazenados no serviço de nuvem antes do encerramento definitivo das contas, visando à guarda e transição da informação.

2.5. Estratégia de Independência Tecnológica

2.5.1. Os dados, *dashboards* e relatórios criados na plataforma são de propriedade exclusiva do TRE-RN.

2.5.2. A ferramenta permite a exportação dos arquivos em formato nativo (*.pbix*) e a extração dos dados sumarizados em planilhas (*.csv*, *.xlsx*), o que garante a portabilidade dos dados e mitiga o risco de dependência total do fornecedor (*vendor lock-in*) no que tange ao acesso à informação bruta.

3. Estratégia para a Contratação

3.1. Natureza do Objeto

3.1.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua e enquadrado como despesa corrente, de acordo com o art. 6º, incisos XIII e XV, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Parcelamento do Objeto e Adjudicação

3.2.1. A contratação ocorrerá em item único.

3.2.2. A adjudicação dar-se-á pelo critério de menor preço.

3.2.3. Fica vedada a subcontratação total do objeto, bem como a participação de empresas em consórcio, observado o disposto nos arts. 15 e 122 da Lei nº 14.133/2021. Tal decisão justifica-se pela baixa complexidade e simplicidade do objeto, que consiste apenas no fornecimento de subscrição de licenças de software, e pela existência de uma ampla rede de revendedores autorizados da *Microsoft* aptos a atender a demanda, o que garante a competitividade do certame sem a necessidade de união de esforços ou repasse integral da execução.

3.3. Modalidade e Tipo de Licitação

3.3.1. A modalidade e o tipo de licitação serão definidos pela unidade técnica competente em licitações do TRE /RN.

3.4. Vigência do Contrato

3.4.1. O contrato terá vigência inicial de 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. O início da prestação do serviço, correspondente à liberação e ao provisionamento das licenças na conta de administração do TRE-RN, deverá ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

3.4.2. Conforme o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, caso permaneçam as condições vantajosas e o interesse da Administração.

3.5. Equipe de Apoio à Contratação

3.5.1. A Equipe de Planejamento da Contratação prestará apoio ao Agente de Contratação / Pregoeiro em todos os atos necessários, especialmente na análise de propostas, catálogos e documentações técnicas durante a fase de seleção do fornecedor.

3.6. Equipe de Gestão do Contrato

3.6.1. A equipe de gestão e fiscalização do contrato será formalmente designada por ato da autoridade competente, devendo contemplar os papéis de Gestor do contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Demandante e Fiscal Administrativo, observando o princípio da segregação de funções exigido pela Lei de Licitações.

3.6.2. A gestão do contrato ficará a cargo do Coordenador de Sistemas Corporativos do TRE-RN. A equipe será composta, ainda, por um Fiscal Demandante e um Fiscal Técnico (ambos da área de TIC), e um Fiscal Administrativo (da área administrativa).

4. Análise de Riscos

4.1. Riscos Mapeados

4.1.1. A elaboração do gerenciamento de riscos atende ao estipulado no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, bem como à Resolução CNJ nº 468/2022, visando identificar e mitigar eventos que possam comprometer o sucesso da contratação e o fornecimento das licenças do *Microsoft Power BI Pro*.

4.1.2. A tabela a seguir apresenta a síntese dos principais riscos identificados, avaliados quanto à probabilidade e impacto, bem como as respectivas ações preventivas e de contingência:

Id	Risco	Fase Relacionada	Probabilidade	Impacto	Ação Preventiva	Ação de Contingência
R01	Atraso no processo administrativo de contratação, gerando descontinuidade dos serviços atuais.	Planejamento / Seleção	Baixa	Alto	Acompanhamento diligente do cronograma do PCA e tramitação célere do TR. Resp: COLIC e Equipe de Planejamento.	Realizar eventual contratação emergencial ou estender o contrato vigente caso legalmente viável. Resp: Equipe de Planejamento, SEDIC e AJDG.
R02	Valor estimado defasado em relação ao mercado no momento do certame (ex: flutuação cambial impactando vendas).	Seleção do Fornecedor	Média	Alto	Pesquisa de preços sólida, baseada na IN SEGES/ME nº 65/2021, incluindo histórico do PNCP e fabricante. Resp: SETEC.	Realizar nova pesquisa de mercado para readequação do valor e republicação do edital, se necessário. Resp: SETEC.
R03	A Contratada não realizar o provisionamento das licenças no prazo estipulado (5 dias úteis).	Gestão do contrato	Baixa	Alto	Exigir no Edital comprovação de revenda oficial e capacidade técnica para o fornecimento imediato. Resp: Equipe de Planejamento.	Notificar a Contratada para regularização imediata, com aplicação de multas e possível rescisão contratual. Resp: Equipe de Fiscalização.
R04	Exigências de habilitação restritivas que levem ao fracasso do certame por falta de licitantes.	Planejamento / Seleção	Muito Baixa	Alto	Flexibilizar a comprovação de parceria oficial com o fabricante, sem limitar a um único selo específico. Resp: Equipe de Planejamento.	Revisar os termos do Edital e Termo de Referência (TR) para readequação e novo lançamento. Resp: Equipe de Planejamento.

Tabela 6 - Matriz de Gerenciamento de Riscos

5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OSMAR FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 12:01:28.

ERNESTO LECA PINTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 12:04:53.

JOSE FRANK VIANA DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 11:57:36.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2. ETP - Anexo I - Modelo de Execucao do Contrato.pdf (94.57 KB)
- Anexo II - 2. ETP - Anexo II - Modelo de Gestao do Contrato.pdf (115.55 KB)